

A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Arthur Breno Stürmer¹

Resumo: Este trabalho traz resultados parciais de um projeto de pesquisa de Geografia, que está em andamento. Tem como objetivo identificar a noção de desenvolvimento utilizada como guia às ações dos Institutos Federais, tomados como parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Baseou-se em pesquisa teórica e documental focalizando os Institutos Federais e, em específico, o Instituto Federal Farroupilha. Salienta-se a pluralidade de acepções sobre o termo desenvolvimento, de modo a causar ambiguidades e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de uma noção de desenvolvimento que contemple outras dimensões do desenvolvimento que não apenas a econômica. Finaliza propondo um novo desenvolvimento, multidimensional e inclusivo, parece ser o caminho mais adequado para os Institutos Federais, em que pese seu compromisso com objetivos tanto educacionais quanto de promoção do desenvolvimento.

Palavras-Chave: Educação profissional; Território; Comunidade local.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte teórico de projeto de pesquisa de Geografia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulado “O desenvolvimento territorial e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. O objeto do mesmo é investigar a contribuição dos Institutos Federais (IFs) para o desenvolvimento local e regional. Situa-se, portanto, na interface entre educação e desenvolvimento, dois campos do conhecimento aparentemente distantes, mas que são terreno fértil à pesquisa em geografia.

Não obstante haja uma relação nebulosa entre o trabalho voltado à qualificação profissional e o respectivo impacto que se espera operar nos diferentes setores da economia, as instituições dedicadas à educação, ciência e tecnologia têm realizado um esforço de integração às economias onde estejam inseridas. O que não se pode olvidar é que seu ponto forte é educação – profissional e tecnológica –, resguardadas as peculiaridades que as distinguem de outras instituições dedicadas à educação. Convém ressaltar, no entanto que há: dificuldades em mensurar sua contribuição para os processos de desenvolvimento; sobrevalorização de sua participação no desenvolvimento econômico, quando sua atuação prioritária é no âmbito pedagógico, simbólico e cultural; estabelecimento de objetivos institucionais que sofregamente irão alcançar apenas com a formação e qualificação de mão de obra. Mesmo que tenham uma atuação voltada à economia de âmbito local e regional, seu caráter as colocam em uma esfera onde o tipo de desenvolvimento que podem promover precisa ser rediscutido.

Apesar de não haver uma concepção unívoca acerca do que seja o *desenvolvimento*, ele se relaciona, em qualquer medida, ao progresso (SOUZA, 1996; CASTORIADIS, 1983) e a uma evolução para a qual concorrem diferentes atores. É comum relacioná-lo aos sinais visíveis de novos aportes econômicos em

¹ Mestre em DR&MA, Instituto Federal de Alagoas, arthur.sturmer@gmail.com

um dado espaço, o incremento dos fluxos de pessoas, mercadorias, informação e capital, bem como à difusão dos avanços tecnológicos.

Admitindo-se que os Institutos Federais possam desempenhar um papel expressivo no desenvolvimento local e regional, este precisa ser melhor explicado, apontando as vias pelas quais isso poderia acontecer: integração com as comunidades do entorno de cada *campus*, formação redes de cooperação com os municípios, ações atreladas às da região onde estão inseridos, e outro. Todas essas questões remetem ao desenvolvimento, mas o que é “desenvolvimento” para um Instituto Federal? Esclarecer o que se compreende por “desenvolvimento” pode indicar melhor o lugar dos Institutos Federais enquanto agentes territoriais, seu compromisso maior ou menor com as várias dimensões do desenvolvimento. Este se circunscreve à dimensão econômica ou inclui aspectos outros que lhe são complementares? Quais seriam esses aspectos? A dimensão espacial do desenvolvimento ajudaria a explicar a relação dos IFs com o desenvolvimento? De qual noção de desenvolvimento se trata?

Este trabalho tem como *objetivo identificar a noção de desenvolvimento utilizada como guia às ações dos Institutos Federais (IFs)*, tomados como parte da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (REPCT). Assim, a adoção de um conceito de desenvolvimento por um IF em qualquer de seus *campi* estará em acordo com as orientações aplicáveis à Rede Federal.

A questão territorial e do desenvolvimento na expansão da Rede Federal

Uma breve análise da expansão da educação profissional e tecnológica no Brasil revela que ela passou por sucessivas fases de uma progressiva inserção na dinâmica territorial nacional. Primeiro, levaram-se escolas técnicas federais a todos os Estados, às periferias das metrópoles e aos municípios interioranos, buscando articular-se às potencialidades locais de geração de trabalho. Depois se quis "a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais" (BRASIL, 2010, p. 15). O foco seguinte foi em "uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida" (Id., Ibid.).

A partir de então, o território passou ao primeiro plano, emergindo como espaço de luta, um campo conflituoso no qual se concretizaria e materializaria tanto um novo projeto de instituição, quanto um "projeto viável de nação para este século". A educação profissional e tecnológica, então, passou a ser organizada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), e o território veio a ser concebido dentro da perspectiva da "ocupação e desenvolvimento". A mesma lei que criou a Rede Federal criou seus principais pontos em que iria se apoiar: os Institutos Federais. São eles que cumprem o papel mais nobre dentro da Rede; destinam-se a *enraizar* as ações "no plano local (município) e regional (estado ou mesorregião)" (BRASIL, 2007d, p. 30), a fim de consolidar sua política de integração da educação profissional ao ensino médio e de articular-se com os sistemas de ensino, considerando "as necessidades e aspirações do território em que estão inseridos" (BRASIL, 2010, p. 12).

Coube aos IFs liderar a expansão da RFEPCT. Das 562 unidades da Rede, 533 pertencem aos IFs, que, distribuídos por todo o território nacional na forma de *campus* ou *campus* avançado, hoje estão presentes em todos os Estados da Federação, com cada Estado contendo pelo menos umas das 38 reitorias. Jesué Silva (2017, p. 1) registra 600 *campi* após a expansão:

Figura 1 - Mapa da Rede Federal de EPCT



Fonte: J. SILVA, 2017.

Concebidos como um novo modelo de instituição durante a reorganização da educação profissional e tecnológica, pelo Decreto nº 6.095/07 os Institutos Federais (IFs) teriam suas ofertas “em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade” (BRASIL, 2007c). Quando a Lei 11.892/08 os criou, foi com um forte viés territorial, exigido pela tarefa de apoiar o “desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”, dando suporte à “consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”, bem como “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008, Art. 6º, IV, Seção II - Das Finalidades e Características dos Institutos Federais).

Os IFs, assim, foram situados definitivamente na interface entre educação e desenvolvimento. Seu modo típico de se organizar e a capacidade de atender às demandas do mercado como instituição pluricurricular comportou uma gama tão grande de finalidades que o levariam, em pouco tempo, a ser considerado “um dos mais importantes componentes educacionais do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC” (OTRANTO, 2010, p. 106), haja vista seu papel estratégico na preparação de mão de obra, produção de conhecimento e disseminação de tecnologia (SILVA NETO e PASSOS, 2013). Quando se finalizava a proposta de criação dos IFs, o país exibia, no ano de 2007, um déficit de mão de obra qualificada no Brasil da ordem de 84 mil trabalhadores (nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste ficou

entre 13.447 e 29.091) e a demanda por capacitação chegou a 57% na Região Sudeste e superou os 20% na Região Sul – a cada 4 trabalhadores gaúchos, 1 era considerado não-qualificado (IPEA, 2007).

Dizia-se que os IFs seriam “um marco não só nacional, mas também regional, no âmbito do Mercosul – e, talvez, para outros países com desafios semelhantes aos do Brasil, quanto ao seu desenvolvimento” (PACHECO *et al.*, 2010, p. 78). Muito desse entusiasmo se deveu às novas características que se acrescentariam aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (EVs), Escolas Técnicas Federais (ETFs), Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) e Colégio Pedro II (CP II), dentre elas o ensino médio integrado (não apenas o concomitante), a verticalização do ensino (diferentes níveis de educação), a realização de ensino, pesquisa e extensão, bem como o atendimento a setores da população que antes não acessavam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). No caminho da concepção dos IFs, porém, muito do que se pensou não apareceu de modo explícito na sua Lei de criação, como a referência às articulações com a comunidade externa, exceto sobre a comunidade acadêmica e a comunidade como segmento ativo, participativo e integrado às atividades dos IFs.

O documento-base *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio* reconheceu nos movimentos sociais os “sujeitos indispensáveis ao processo de planejamento e formação teórico-epistemológica sobre educação profissional integrada ao ensino médio, por gerarem, também, conhecimento em seus campos de atuação” (BRASIL, 2007d, p. 32). Essa porta aberta à integração no âmbito epistêmico e administrativo poderia representar a aproximação da Rede Federal com comunidades organizadas – aspecto afim aos propósitos de se ancorar em ações integradas e referenciadas “na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida” (BRASIL, 2010, p. 15).

A correção do foco de atuação no desenvolvimento, principalmente local e regional, foi corrigido em documento posterior – *Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes* – no qual se orienta o desenvolvimento para o contexto territorial, de onde poderia conceber relações de aproximação às comunidades: “Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.” (BRASIL, 2010, p. 19). Razão pela qual os IFs teriam “o território como dimensão essencial de sua função” (PEREIRA, 2008, p. 1), isto é, à medida que assumissem o desafio de promover o desenvolvimento, agora sob o viés territorial, em diferentes escalas (local, regional, nacional) o fariam em conexão com as necessidades das comunidades ou, como se disse, refletindo “uma necessidade coerente com sua realidade” (BRASIL, 2007d, p. 32).

Neste ponto se teria desenhado o panorama do tipo de desenvolvimento do qual participariam os IFs com os órgãos dos sistemas de ensino estaduais e municipais, secretarias e conselhos de educação, *mais* as comunidades locais. Estas não corresponderiam exclusivamente à escala dos municípios, mas aos diferentes contextos de comunidades, grupos, entidades e movimentos, abarcando as realidades

territoriais em sua diversidade. Ao “polarizarem” uma região, estariam se somando a quaisquer outros agentes territoriais (empresas privadas, sociedade civil organizada, cidadãos, movimentos sociais...) implicados no desenvolvimento.

Desenvolvimento, território e escalas de atuação dos IFs

Em termos estratégicos, os IFS foram pensados segundo determinados "limites de sua área de atuação territorial" (BRASIL, 2007c). As escalas local, microrregional, mesorregional, regional e nacional foram levadas em conta para planejar cada nível de influência e a sua expansão dentro da Rede Federal, o que incluiu a estrutura multicampi para favorecer a interiorização da educação profissional e tecnológica.

O raio de abrangência de cada IF foi levantado por Andrade (2014) como um aspecto negativo da expansão dos IFs, em se considerando a distância entre a sede e os respectivos *campi*. O número de *campi* elevado, as grandes distâncias e o tempo de deslocamentos são externalidades da expansão num país com dimensões continentais. Questiona-se sobre como fazer as rotinas de visita e uniformização de procedimentos, a comunicação de rotina, o pertencimento das unidades ao IF e um possível isolamento. Os dados levantados colocam 53% dos IFs (20 IFs) “No intervalo de 200 a 500 Km para a distância máxima entre a sede do instituto federal e seu campus mais distante” (ANDRADE, 2014, p. 111).

Quando, porém, se observa a área de influência de cada *campus*, a interiorização se mostra efetiva e cingida pelo contexto que, teoricamente, já lhe imprimiria características regionais benéficas à ação referenciada no território. Abaixo se registra a interiorização da Rede Federal para além das regiões metropolitanas e confirma uma estratégia de posicionamento reveladora de que as condições específicas de uma região retroagem sobre a atuação dos *campi*:

O desenho espacial da Rede Federal de Ensino Profissionalizante considera que a área de influência dos *campi* está em torno de 50 km de raio da sede do campus, podendo atingir 60 km. Essa distância está provavelmente associada às limitações de transporte dos alunos. De qualquer modo, ela define uma estratégia de posicionamento dos *campi* fora das regiões metropolitanas. (...) Esse recorte impõe os limites de alcance dos institutos, limites esses influenciados também pelas condições socioeconômicas e de infraestrutura da região. (BRASIL, 2011, p. 26).

O modelo acima pode até ter sido pensado segundo uma lógica reticular e verticalizada de atuação, mas na prática convive com a lógica zonal, horizontal, que caracteriza e *enraíza* as ações territoriais e, assim, viabiliza objetivos de “desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional” e a aproximação aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, além de favorecer o atendimento da diversidade e multiplicidade agentes territoriais e seus interesses.

Como acontece na atual fase da globalização, os territórios emitem sua contraordem a partir de seu conteúdo humano: “O espaço geográfico ganha novos contornos e a localização dos territórios ganha importância. Neles, os atores globais se deparam com o ‘indesejável’ do território – a cultura, sociedade e economia local; certa comunidade e ‘rugosidades’” (STÜRMER, 2017, p. 88). Os IFs vivenciam a

mesma situação que os “atores globais” quando concebem e agem segundo lógicas verticalizadas, modernizadoras, expansionistas e, nos termos dos documentos oficiais, lógica de “ocupação e desenvolvimento”.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologias (IFs), desde o ano de 2008, quando surgiram, passaram a compartilhar dos problemas do desenvolvimento ao se proporem a atuar com vistas ao desenvolvimento regional e local, ou seja, referenciando-se geograficamente. Cinco anos depois, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2013a) lançou a publicação *Singulares territórios de esperança*, reafirmando o papel dos IFs “com a garantia de direitos a tantos jovens e adultos, e, antes de tudo, a setores sociais historicamente aliados do processo de desenvolvimento – sem discriminações e “sem fronteiras” (CONIF, 2013b, p. 1). O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) já havia aproximado educação, desenvolvimento e territorialidade (BRASIL, 2007e, 2009):

(...) a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlaces entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade. (BRASIL, 2007e, p. 32).

O desenvolvimento é, deste modo, tarefa dos IFs, pois se refere ao território, territorialidades, identidades, culturas e saberes, não se restringindo apenas ao que, na ciência geográfica, estaria reservado à geografia econômica, urbana e rural. O mesmo PDE aponta também para a observância dos:

(...) arranjos étnico-educativos [indígenas, quilombolas] em respeito à territorialidade das comunidades, ensejando um novo desenho do regime de colaboração, com as responsabilidades partilhadas entre os níveis de governo, participação ativa das comunidades e da sociedade civil organizada. (Id., ibid., p. 37).

Isto nem sempre está claro aos sujeitos do desenvolvimento, que geralmente discutem-no apenas no âmbito administrativo, de gestão. Nas instituições educacionais, porém, é diferente, pois o desenvolvimento é tarefa coletiva que exige envolvimento e participação intensa de toda a comunidade acadêmica, incluindo docentes, técnico-administrativos e comunidade local.

O começo do desenvolvimento para os IFs

A primeira lição metodológica e geograficamente correta é que o desenvolvimento parta do ponto onde se está, isto é, do lugar dos sujeitos que querem promover o desenvolvimento, o que equivale a pensar antes no espaço-território de cada *campus* para então se propor algo ao entorno, sublocal, local, micro e até mesorregional. Desenvolver aspectos em que o *campus* é “fraco” pode significar o começo de uma longa trajetória de redescoberta das próprias potencialidades, recursos e acúmulo de experiências. A partir daí é possível (auto)avaliar e dimensionar a capacidade promover o desenvolvimento que já está

em processo e que esteja sendo concebido e imaginado para os locais onde há IFs. Nessa primeira atitude, reconhecer-se-ão as limitações maiores ou menores que sempre há nas ações de promoção do desenvolvimento, como um olhar para si, avaliando-se constantemente e reconsiderando seu papel entre agentes territoriais e sujeitos do desenvolvimento.

Na 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica já se notou as contradições entre o discurso de gestores (teoria) e a realidade educacional (prática), pelo que se propunha adotar a concepção de desenvolvimento territorial sob uma perspectiva não obrigatoriamente “econômica”: “nós falamos pouco de desenvolvimento ou, quando falamos, somente se ressaltou a perspectiva econômica. Cada vez mais a realidade afirma a necessidade do desenvolvimento baseado no território (...)” (LIMA, 2007, p. 114). O desenvolvimento predador do território esquece dos aspectos relativos à sua população como um todo, e do papel social e cultural envolvido nisso – o que só é percebido na escala geográfica menor, no local, no território. Quando o espaço, incluindo o espaço-território dos Institutos Federais – ou seja, seus *campi* – assumem a condição de espaço pedagógico e de um constructo cultural como o território, o espaço torna-se currículo, então ele “ensina”. Ora, o espaço é uma dimensão da sociedade e “age” sobre ela através de sua materialidade (arquitetura, formas edificadas, etc.) e imaterialidade (símbolos, valores, etc.). O espaço-território de um IF, ao ser constituído para servir às atividades de Educação, Ciência e Tecnologia não pode se livrar tão facilmente desta condição.

Para o presente estudo, o espaço-território-curriculo “ensina” quem é quem na sociedade, qual o lugar de cada um, como cada qual deve se portar e como as relações sociais devem se dar. Portanto, o espaço-território dos IFs prescreve um tipo de desenvolvimento. Geralmente este se coaduna com uma visão orientada pelo mercado de trabalho, demanda dos negócios empresariais, dizendo o que deve ou não ser desenvolvido, o que é preciso se salientar ou se deixar no silêncio, às vezes em nome da cultura local. Não obstante, os IFs, investidos de um “mandato educacional” conferido pela lei que os criou (Lei 11.892/08), já nascem comprometidos em ser pequenos exemplos de gestão territorial, social, política e ambiental.

Não se quer minimizar a importância da abordagem interescalar, mas precisamente reconhecer que cada *campus* de IF está inserido em um modo de produção, é expressão dele e guarda relação com as características da dinâmica de acumulação do capital, tais como: alteração do espaço, alteração das formas de espacialidade, desigualdade entre territórios e regiões, e assimetria no desenvolvimento. Assim, os espaços-territórios dos IFs são exemplos ao seu entorno, seja pela atenção diferenciada que se confere às pesquisas em parceria com grandes empresas, seja, ao contrário, pelo divórcio com as questões indígenas e quilombolas – aos quais se nega historicamente a qualidade de agentes territoriais e de sujeitos do desenvolvimento.

Os IFs, como campo de aplicação e ensaio desse modo de agir do capital, são instrumentos ao seu serviço, embora representem a oportunidade da produção e emergência do contraditório que reconheça as diferentes pessoas-sujeitos do desenvolvimento – agentes territoriais em ato ou potência –

, enveredando pela concepção de desenvolvimento sócio-espacial. Neste, mesmo sendo desigual e repetindo o que sucede a outros espaços sociais de formação profissional, devem ser corrigidos pelos IFs no seu âmbito mais próximo de atuação, vale dizer: partindo do seu espaço-território, onde há desequilíbrios resultantes do modo de produção e do agir do capital. Seja qual for a natureza desses desequilíbrios, ele não é apenas econômica, mas *socioeconômica*, cultural, educacional...

Desde o momento em que os IFs se instalam, trazem alterações ao espaço pela simples ocupação de um território, construção de benfeitorias e compromisso com as autoridades locais para contratação de serviços, cooperação técnica e convênios diversos, que constituem a formalização de intenções para intervir em um contexto e escala específicos. Entretanto, a contribuição para o desenvolvimento em sentido amplo vai além da perspectiva limitada à visão circunscrita ao econômico, muitas vezes associado a práticas de intervenção autoritárias. Os IFs visam o *desenvolvimento local e regional* segundo o caráter educacional, científico e tecnológico que se afinam às atividades que se propõem a realizar, notadamente o ensino, pesquisa e extensão técnica e tecnológica. O estímulo às atividades de extensão, a pesquisa e uso de tecnologias sociais, a preocupação em gerar emprego, renda e promover a inclusão social são mostras da concepção de desenvolvimento afinada com os IFs.

Neste sentido, estão em situação privilegiada para encontrar parceiros para conduzir o desenvolvimento de quem ainda está à margem do mercado, mas integrantes e integrados à comunidade local, concentrando-se nas bordas do desenvolvimento, de onde nem sempre conseguem desenvolver a si e ao seu território por conta de processos de exclusão socioeconômica e cultural, falta de qualificação, apoio técnico, dentre outros. Dessa perspectiva, o desenvolvimento abarca “os de baixo” e em muitos casos inicia suas ações partindo dos “de baixo”, onde o espaço, o território e o lugar são percorridos horizontalmente, na perspectiva dos atores com seus percursos e passos delineando o cotidiano do espaço vivido.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente recorte de trabalho de pesquisa consistiu de pesquisa bibliográfica e documental referentes tanto aos Institutos de Educação Ciência e Tecnologia como aqueles válidos para toda a Rede Federal. O Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) serviu de campo de observação, do qual foram analisados os documentos oficiais que podiam indicar melhor a noção de desenvolvimento adotada nos Institutos Federais (IFs).

Priorizou-se documentos de amplo alcance, destinados à regulação em escala nacional, especialmente a legislação vigente e publicações sobre os Institutos Federais, seguidos por documentos produzidos pelo IFFAR. Eles tratam de temas diversos, mas que mencionam o desenvolvimento como alvo dos IFs.

Para se encontrar a definição de desenvolvimento utilizada pelos IFs, recorreu-se, em especial, ao seu sítio na web do IFFAR, que ilustra bem o que acontece nos demais IFs. O sítio funciona como meio

de comunicação de suas ações e repositório de arquivos sobre diversos assuntos institucionais, especialmente acadêmicos e de gestão. Lá não existe um apelo explícito ao desenvolvimento, mas sim à educação, como é de se esperar. Há um *link* denominado “Documentos Institucionais”, que conduz ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à Carta ao Cidadão IF Farroupilha, ao Plano de Dados Abertos e às Auditorias e Relatórios de Gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A noção de desenvolvimento presente nos documentos produzidos para e pelos Institutos Federais para fins de normatização, regulamentação ou instrução revelam uma pluralidade de acepções. Há menção ao desenvolvimento institucional, socioeconômico e cultural, do espírito crítico, desenvolvimento científico e tecnológico, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento sustentável com inclusão social, desenvolvimento socioeconômico-ambiental, dentre outros.

No quadro abaixo (Quadro 1) se verifica o conteúdo relacionado ao “desenvolvimento” nos documentos institucionais.

Quadro 2 - Noção de desenvolvimento (DSV) nos Institutos Federais

Doc.	Seção/Ass.	Art./p.	Contexto	Escala*/ abrang.
Lei n. 11.184 2005	Princípios que regem a UFTPR	Art. 2º, I	DSV socioeconômico é referência para a formação de recursos humanos	L, R
		IV	DSV cultural associado a ens., pesq. ext.	-
		V	DSV socioeconômico deve ser estimulado pela integração do conhecimento	L, R
	Objetivos da UFTPR	Art. 4º, IV	DSV tecnológico, social, econômico, cultural, político, ambiental alvo das pesq.	-
1ª Confetec 2007a	Plenária de abertura	p. 14	DSV “com equidade” depende de educação de qualidade para todos	N
		p.15-16	DSV econômico e social articulam-se com a EPT objetivando a inclusão	N
		p. 19	DSV e políticas de inclusão são alvo da EPT	N
		p. 20	DSV (política nacional de) tendo a EPT como parte estruturante, confere-lhe identidade	N
		p. 21	DSV e inclusão social, compromisso da ETéc.	N
		p. 23	DSV social e econômico dependem da EP	-
		p. 58	DSV como finalidade da EPT	-
		p. 67	DSV econômico tem a EP como fator	-
EPTec: Doc. base 2007b	Quadro docente próprio e sua formação	p. 34	DSV socioeconômico deve estar presente na formação de docentes e dirigentes	-
		p. 35	DSV local e inovação devem ser contemplados pelos eixos de formação dos professores	-
Decreto n. 6.095 2007	Do processo de integração... para formação dos IFETs	Art.4º	DSV institucional planejado (PDI)	-
		Par. 1º, III	DSV socioeconômico potencial embasa a oferta formativa	Âmbito atuação do IFET
		IV	DSV de espírito crítico é meta no ensino de ciências em geral e aplicadas	-
		VII	DSV científico e tecnológico deve ser estimulado	-
		Par.2º, IV	DSV de soluções técnicas e tecnológicas estimulado em pesquisas aplicadas	Em dir. comun.

		VI	DSV potencial que identifica processos de autogestão do qual os processos educativos deverão partir para levar à geração de trabalho e renda	L, R
Lei n. 11.892 2008	Finalidades e característ. dos IFs	Art. 6º, I	DSV socioeconômico orienta a oferta de educação profissional e tecnológica	- L, R, N
		IV	DSV socioeconômico e cultural potencial embasa a oferta formativa	Âmbito atuação do IF
		V	DSV de espírito crítico é meta no ensino de ciências em geral e aplicadas	-
		VIII	DSV científico e tecnológico deve ser realizado e estimulado	-
		IX	DSV de tecnologias sociais	-
	Objetivos dos IFs	Art. 7º, III	DSV de soluções técnicas e tecnológicas estimulado em pesquisas aplicadas	Em dir. comun.
		IV	DSV de conhecimentos científicos e tecnológicos nas atividades de extensão	-
		V	DSV socioeconômico como perspectiva em processos educativos	L, R
		Art. 8º	DSV da ação acadêmica	-
	Disposições gerais e transitórias	Art. 14	DSV institucional planejado (PDI)	Comun. acad. (interna)
Centenário RFEPC 2009	Os novos desafios da RFEPC	p. 6	DSV (necessidades de) serve de referência oferta de cursos	L, R
		p. 7	DSV confere valor estratégico à educação profissional e tecnológica	N
	Conclusão	p. 7	DSV (projeto de) tem como parte integrante a EPT	N
		p. 8	DSV, territorialidade e educação sistêmica (seus enlaces) são evidenciados pelos IFs	-
Um novo modelo de EPT 2010	-	p. 15	DSV é compromisso da EPT	L, R
		p. 15	DSV e ocupação do território se fazem presentes nas ações que fundamentam os IFs	L
Institutos Federais: uma revolução na EPT PACHECO, 2011	Fundamentos da proposta político-pedagógica	p. 14	DSV sustentável com inclusão social está na missão dos IFs; DSV potencial* orienta definição de cursos em audiência pública	R
			DSV é alvo dos IFs como “espaços fundamentais na construção dos caminhos” para o DSV	L, R
	Institucionalidade/dimen. simból.	p. 17	DSV econ. e tecnol., mas também a inserção cidadã recebe contribuição da EPT	N
	DSV local e regional	p. 20	DSV (ações de) se irradiam dos IFs (núcleos) tendo como função principal intervir na realidade	L, R
			DSV na perspectiva da construção da cidadania como finalidade dos IFs	L, R
			DSV da capacidade individual de gerar conhecimento na interação com a realidade auxilia na subversão da submissão das identidades locais	L
DSV depende do domínio, produção e democratização do conhecimento			L, R, N	
DSV potencial (ou “potencialidades do DSV”) deve ser alvo de exploração pelos IFs em sua intervenção	L, R			
Resolução n. 102 IFFar, 2013	Princípios norteadores	Art. 5º, IX	DSV socioeconômico-ambiental dos territórios, observando arranjos socioprodutivos e demandas locais	L
	Da organiz. curricular	Art. 39 III	DSV sustentável como meio para construção de uma socied. Democrática	-
PDI 2014-18 IFFar, 2014	Perfil Institucional	p. 20	DSV Educacional e Social é eixo tecnol. de 1/11 campi (SVS) e polos EAD	-
	Missão	p. 21-2	DSV sustentável é foco da EPT	-

*Escalas: L – Local; R – Regional; N – Nacional. Org.: O Autor.

A sucessão de documentos traz o desenvolvimento como um conceito que acompanha a evolução do discurso que o envolve. Assim, o *desenvolvimento* sofre alterações em seu significado, por vezes avançando em direção a uma noção cada vez mais complexa e abrangente. Um exemplo é a passagem da concepção de “desenvolvimento socioeconômico” para a de “desenvolvimento socioeconômico e cultural”, até chegar à ideia de “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento sustentável com inclusão social”. As modificações na noção de desenvolvimento parecem acompanhar as demandas os temas cadentes na sociedade. Por exemplo a *inclusão*, que diz respeito às populações em condição de vulnerabilidade, públicos que às vezes passam despercebido, invisíveis, no cotidiano da instituição, necessitando de ações que promovam seu bem-estar e proporcionem qualidade de vida – os objetivos maiores do desenvolvimento.

Se os documentos legais autorizam os IFs a trabalhar na ocupação e desenvolvimento do *território como lugar de vida* (BRASIL, 2010, p. 15), a noção de desenvolvimento dos Institutos Federais não pode fugir ao caráter específico dos IFs enquanto agentes responsáveis pelo “atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade” (BRASIL, s/d, p. 6). Diferentemente do desenvolvimento proposto no âmbito do Estado Moderno, sob a égide do capital, com caráter tecnocrático, normativo e vertical, o foco do desenvolvimento do território com lugar de vida move-se para as margens sociais, os circuitos periféricos, a fronteira entre classes, o domínio da invisibilidade e subalternidade das populações vulneráveis na sua diferença (motora, auditiva, visual, interativa, mental, de orientação sexual, gênero, étnica, migrante, arranjo residente e outras).

Se não há uma única noção de desenvolvimento para os IFs, há a opção por construí-la com base nos princípios da *Educação Profissional e Tecnológica*, especialmente naqueles aspectos de maior interesse para as populações vulneráveis: “construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias”; “desenvolvimento de cultura que estimule as funções do pensar e do fazer, associando-as às atividades de ensino, pesquisa e extensão”; “integração horizontal com o setor produtivo e os segmentos sociais”; “ênfase interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional” (BRASIL, 2005, art. 2º, incisos I a X).

Entretanto é entre os princípios norteadores (aqui em recorte) da *Educação Profissional Técnica de Nível Médio* que se encontram os elementos reveladores das interfaces entre educação e desenvolvimento, considerando seus diferentes sujeitos: “reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade”; “reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo”; “indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem”; “respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (BRASIL, 2012, art. 6º, incisos I a XVII).

Esses e outros princípios podem estar na ordem do dia para os IFs. Colocá-los em prática, porém, requer o auxílio de formas institucionalizadas (Coordenações de Extensão, Pesquisa, Ações Inclusivas, Associações de Bairro, Sindicatos, ONGs) que deem atenção aos novos aspectos do desenvolvimento. Os próprios territórios alvo dessas ações não são somente palco ou substrato de ações, mas um todo em que as populações e suas problemáticas são o elemento principal, cujo tratamento requer acatar ideais amplamente aceitos de justiça, liberdade e igualdade como pano de fundo do desenvolvimento.

Souza (2008) criticou o reducionismo no tratamento da questão do desenvolvimento, bem como seu distanciamento em relação às necessidades básicas e cotidianas do sujeito comum:

Para começar, é altamente significativo – e lamentável – que uma *noção* quanto a de desenvolvimento tenha sido reduzida, ao ser transformada em *conceito científico* pelas diversas disciplinas marcadas pela Epistemologia positivista, esquartejadora da sociedade em partes pretensamente autônomas (economia, política, cultura, espaço, história), em uma ideia tão distante das necessidades mais elementares e do cotidiano dos homens e mulheres comuns. (SOUZA, 2008, p. 101, grifo do autor).

Não foi por outro motivo que Max-Neef (1998) propôs o *desenvolvimento à escala humana*, ao qual se soma o protagonismo das pessoas e a diversidade e autonomia dos espaços:

Tal desarrollo se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales (...). Necesidades humanas, autodependencia y articulaciones orgánicas, son los pilares fundamentales que sustentan el Desarrollo a Escala Humana. Pero para servir su propósito sustentador deben, a su vez, apoyarse sobre una base sólida. Esa base se construye a partir del protagonismo real de las personas, como consecuencia de privilegiar tanto la diversidad como la autonomía de espacios en que el protagonismo sea realmente posible. (MAX-NEEF, 1998, p. 30).

Reunir pessoas-sujeitos sob a denominação de populações vulneráveis – espacialmente dispersas, socialmente fragmentadas – expressa o desejo de que venham, entre si, somar forças para protagonizarem sua territorialização em espaços além de sua comunidade, inserindo-se progressiva e ativamente no cotidiano acadêmico, como parte do desenvolvimento local. E, ao somar forças, reivindicar espaços a fim de exercerem a territorialidade, expondo outras lógicas de uso e ocupação do espaço.

Heidrich (2007), recordando a territorialidade humana em R. Sack, afirma-a como estratégia, uso – repetitivo, corriqueiro, sequencial – e concepção advinda da relação que um grupo tem com seu entorno, porém salientando-a como dimensão humana produtora de “uma geografia no espaço” – a territorialização que produz territórios. Entretanto, alerta para a transição da territorialidade humana para a social, em que o humano produz espaço (social) e o espaço como território, que se define, afinal, como produto da relação da sociedade com o espaço.

A esse respeito, nota-se a existência de uma fragmentação sócio-espacial e uma territorialidade da exclusão, que o autor entende por *fratura* sócio-espacial.

Isso diz respeito ao mundo segmentado, fraturado e que precisa de articulação. (...) A fratura combinada com a técnica estabelece elos de ligação social na distância e bloqueia os elos de ligação social na proximidade. Vivemos situações que são completamente distintas umas das outras, passa-se ao lado, cumprimenta-se, tem-se uma relação impessoal, de troca, pelo uso da moeda, dos documentos formais, mas não de significações, de simbolismos e de afetividades. Tudo isto diz respeito a uma mesma sociedade, mas no seu cotidiano tem havido muito estranhamento. (HEIDRICH, 2007, p. 6).

As fraturas sócio-espaciais, à medida que dificultam a percepção de um senso de comunidade entre as pessoas, refletem-se na desarticulação entre aqueles que deveriam ser os sujeitos do desenvolvimento local ou regional. Neste sentido, os Institutos Federais podem até promover ações dirigidas ao desenvolvimento, que, se dão, primordialmente, por meio de ações educacionais – de educação técnica, profissional e profissionalizante – se forem bem sucedidos em criar mecanismos que favoreçam a inserção dessa instituição na comunidade e vice-versa: a comunidade criando vínculos com os *campi*.

Tal é a preocupação quando se empreendem esforços conjuntos para a implementação de programas de acesso, permanência e êxito, bem como subsídios oferecidos a título de assistência estudantil em todos os IFs. Note-se que desde a candidatura para o ingresso à educação profissional e tecnológica, é importante atentar à existência ou não de vínculos com os *campi*.

O espaço-território dos *campi* dos IFs pode aproximar ou afastar as comunidades – incluindo seus membros – do entorno, pela falta de vínculos territoriais com um espaço que se lhes mostre inóspito, desagregador, permeado por relações sociais revestidas de um tecido social roto. Basta a fragmentação sócio-espacial e a ausência de vínculos do estudante (local ou “de fora”) para que os espaços normativos, de vigilância e controle inibam qualquer vínculo territorial genuíno com o *campus*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da inexistência de uma única definição de desenvolvimento, a noção genérica que se tem causa ambiguidade e a torna mais sujeita a releituras e modificações. Ao mesmo tempo, essa lacuna abre espaço para se construir uma noção de desenvolvimento para os Institutos Federais (IFs) que sejam mais realistas e comprometidas com as comunidades locais.

Pensar um novo desenvolvimento, multidimensional e inclusivo, parece ser o caminho mais adequado para os IFs, diante da polissemia em torno do desenvolvimento e da reconhecida interface entre os objetivos de educacionais e os de promoção do desenvolvimento. A proposição de se pensar o desenvolvimento de dentro para fora e de baixo para cima é o mesmo que tomar a frente, dar o exemplo que se quer ver “lá fora”, é também pensar o desenvolvimento olhando para os atores sociais hoje excluídos como potenciais agentes territoriais.

Alternativas como as tecnologias sociais poderiam ser um bom começo para aproximar os IFs de seu entorno, criando espaços de interação e convivência na busca por objetivos comuns, dentre eles a geração de emprego e renda, participação cidadã, bem-estar e qualidade de vida. Em outras palavras,

imaginar e lutar por um desenvolvimento (local) focalizado nos sujeitos excluídos dos processos que conduzem à condição de cidadania e gozo de direitos humanos básicos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. B. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: uma análise de sua institucionalidade. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, DF. 2014.
- BRASIL. Lei 11.184, de 7 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro de Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 out. 2005.
- _____. Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 1., 2006, Brasília, DF, **Anais e deliberações...** [versão digital], Brasília, DF: MEC/SETEC, 2007a. 379p.
- _____. Decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 fev. 2007b.
- _____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para a constituição dos IFETs. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 2007c.
- _____. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento base. Brasília, DF: SETEC/MEC, 2007d.
- _____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília, DF, 2007e.
- _____. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os IFETs. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.
- _____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009.
- _____. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília, DF: MEC, 2010.
- _____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria Operacional sobre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – MEC**. TC 026.062/2011-9. 62p. Brasília, DF: TCU/SEPROG, 2011.
- _____. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- _____. **A educação profissional e tecnológica** [10 slides]. s/d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/tema1.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.
- CASTORIADIS, C. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: **Socialismo ou barbárie**: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1979].
- CONIF. **Institutos Federais – 5 anos de singulares Territórios de Esperanças**. Brasília, DF: CONIF, 2013a.

- _____. **Manifesto dos Reitores dos Institutos Federais**. Sobre o papel dos Institutos Federais [3 p.]. Brasília, DF: CONIF, 2013b.
- HEIDRICH, A. L. Vínculos territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **GEOgraphia**, Niterói-RJ, UFF, v.19, n. 39, p. 29-40, jan./abr. 2017.
- IFFAR. Conselho Superior. **Resolução nº 102, de 3 de dezembro de 2013**. Define Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências. Santa Maria: IFFAR, 2013.
- _____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Santa Maria, RS: IFFAR, 2014.
- IPEA. **Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/mapadoemprego.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2013.
- LIMA, A. A. B. Avanços Conceituais, Institucionais e Metodológicos nas Políticas Públicas de Qualificação. In: BRASIL. Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 1., 2006, Brasília, DF, **Anais e deliberações...** [versão digital], Brasília, DF: MEC/SETEC, 2007. p. 99-115.
- MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. 2. ed. Montevideo: Nordan-Comunidad; Barcelona: Icaria, 1998 [1986]. (Tradução nossa).
- OTRANTO, C.R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA - PPGA/UFRRJ**, ano I, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2010.
- PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011.
- _____. M.; PEREIRA, L.A.C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.
- PEREIRA, L. A. C. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. 2008 [3 p.]. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto10.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- SILVA NETO, J.T. & PASSOS, G. de O. Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia no desenvolvimento brasileiro: entre o mercado e os excluídos. **Revista Eletrônica Informe Econômico**, ano 1, n. 1, p. 35-38, ago. 2013.
- SILVA, J. G. da. 10 anos gloriosos da Educação Profissional. **Educação Profissional – 10 anos Gloriosos** [blog]. Disponível em: <<https://educacaoprofissional10anosgloriosos.wordpress.com/mapas/>>. Acesso em: 19 abr. 2018.
- SOUZA, M. L. de. Teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, n. 1, v. 1, 1996. p. 5-22.
- _____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008 [1995]. p. 77-116.
- STÜRMER, A. B. Território: usos e significados de um conceito. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, PR, Universidade Estadual de Maringá (UEM), v. 17, n. 199, dez. 2017. p. 80-90. <index.php/EspacoAcademico/article/view/36536/21310>. Acesso em: 8 dez. 2017.